

LEI MUNICIPAL № 522/2021 13 de agosto de 2021

PUBLICADO
Em: 18/00/2/
Assinatura

SANCIONADO

Assinatura

"Cria o Programa Cultivando Desenvolvimento no Município de Moita Bonita e dá outras providências."

- O PREFEITO DE MOITA BONITA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:
- Art. 1º Fica criado o Programa Municipal Cultivando Desenvolvimento para o preparo, conservação e manejo do solo, beneficiando os pequenos produtores rurais e agricultores familiares do município de Moita Bonita através de máquinas e insumos agrícolas.
- Art. 2º A gestão dos serviços do programa será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 3º - Os objetivos do Programa são:

- I- Prestação de serviços de mecanização agrícola aos pequenos produtores, prioritariamente a agricultores familiares, no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, visando a execução dos serviços de preparo, conservação, manejo e construção da fertilidade do solo;
- II- Incentivar e atender os produtores que não possuem maquinário suficiente para o preparo do solo;
- III- Reduzir os custos de produção com atendimento oportuno e adequado à realidade, contribuindo assim para modernização e profissionalização do setor.
- **Art. 4º** A utilização dos serviços com equipamento da patrulha de Mecanização Agrícola, serão exclusivos para:



- I- pré-preparo, preparo de solo e tratos para plantio com utilização das máquinas e implementos agrícolas;
 - II- execução e limpeza de valas para drenagem do solo;
 - III- limpeza e recuperação de pequenas barragens.
- **Art. 5º** A participação no Programa Municipal Cultivando Desenvolvimento será para pequenos produtores rurais que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:
- I- Estar devidamente inserido no cadastro de produtor rural da Secretaria
 Municipal de Desenvolvimento Sustentável;
 - II- Preencher formulário de solicitação específico do programa;
- III- Não possuir tratores ou máquinas agrícolas que atenda o serviço solicitado por meio de autodeclaração.

Parágrafo único - Não serão atendidas operações em que o produtor tenha renda familiar mensal superior a 1000 UFM.

- Art. 6º Considera-se pequeno produtor rural, para fins desta Lei, aquele que detenha áreas rurais não superior a 4 módulos fiscais (80 hectares), descontada a reserva legal, explorando-as mediante o trabalho pessoal e o de sua família, admitindo a ajuda eventual de terceiros.
- **Art. 7º** Ficam estabelecidas as seguintes condições para fruição das atividades previstas no art. 5º desta Lei:
- I- o atendimento será dado aos produtores rurais levando-se em conta a ordem cronológica das solicitações, a localização das propriedades e a logística operacional para a realização dos serviços, após análise de viabilidade técnica efetuada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável;
- II- os serviços de preparo e conservação do solo, a serem executados de forma gratuita, estão limitados a 20 (vinte) horas anuais, a serem distribuídas em, no



mínimo, 4 (quatro) atendimentos ao longo do ano viabilizando os projetos considerados prioritários pela Secretaria, observando o disposto no inciso anterior.

- III- os serviços de limpeza e manutenção de pequenas barragens, e todos os serviços executados por outras máquinas, estão limitados a 8 (oito) horas anuais a serem distribuídas em, no mínimo, 2 (dois) atendimentos ao longo do ano viabilizando os projetos considerados prioritários pela Secretaria, observando o disposto no inciso I deste artigo.
- IV- os serviços de assistência técnica, veterinário, zootécnico e agronômico necessários à produção animal, vegetal e agroindustrial, se oferecidos pela instituição pública, serão executados de forma gratuita

Parágrafo Único - Os serviços elencados nos incisos II e III-deste artigo deverão ser solicitados anualmente pelos produtores rurais nos termos do art. 4º desta Lei.

- **Art. 8º** Os serviços serão registrados pelo operador do trator agrícola da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e acompanhados pelos técnicos por amostragem para posterior avaliação dos trabalhos executados.
 - Art. 9º Fica vedada qualquer atividade de Mecanização Agrícola:
- I- Em áreas de preservação permanente e/ou reserva legal, em consonância com as legislações federais, estaduais e municipais, se houver;
- II- Em áreas com pedras, cepos, capoeiras altas ou com declive acentuado, que impeçam os trabalhos, danifiquem os equipamentos ou coloquem em risco os operadores;
- III- Em propriedades localizadas fora do município de Moita Bonita, exceto com termo de cooperação intermunicipal.
- Art. 10 Os produtores devem providenciar por sua conta, ajudantes e/ou auxiliares para os operadores, no acompanhamento e auxílio nas operações, carga e descarga, bem como engate e desengate de implementos que se fizerem necessário, abertura/fechamento de portões e desobstrução da área a ser trabalhada.



- **Art. 11 –** Fica o poder executivo autorizado a expedir atos necessário estabelecendo normas complementares à execução da presente Lei e as regulamentações necessárias.
- **Art. 12** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas para a execução da presente Lei.
 - Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

MOITA BONITA - ESTADO DE SERGIPE, 13 DE AGOSTO DE 2021.

Vagner Costa da Cunha Pefeito Municipal CPF: 652.649.86549

VAGNER COSTA DA CUNHA Prefeito Municipal